

## ANDES-SN ASSINA ACORDO COM GOVERNO APÓS DETERMINAÇÃO DA MAIORIA DAS ASSEMBLEIAS DE BASE

Pressão do ANDES-SN, Sinasefe e Fasubra reabre mesa de negociação e produz acordo que põe fim à greve docente após 74 dias  
Saudação às e aos que lutam! *Págs. 6 a 9*

Pautas de destruição avançam no Congresso Nacional *Pág. 3*

Mobilização das universidades estaduais avança na conquista por direitos *Págs. 4 e 5*

**A**s vésperas do 67º CONAD, a conjuntura nacional vem demonstrando a gravidade das consequências da crise capitalista mundial sobre as condições de vida e as lutas da classe trabalhadora no Brasil. Enquanto o governo Lula vem apostando na política de frente ampla, fazendo crescentes concessões para o capital, vemos, em nível histórico-mundial, como tal política apenas preparou o retorno das forças de extrema direita, criando cenários ainda mais difíceis para as lutas.

O recrudescimento dos ataques da extrema direita se manifestou com o avanço das tentativas de aprofundar a criminalização da pobreza, de avançar na destruição ambiental para garantir lucros e, em especial, de negar o direito de meninas, mulheres e pessoas que gestam ao aborto em caso de estupro.

Apesar disso, a classe trabalhadora resiste. De um lado, enquanto lutas feministas obrigaram a extrema direita a recuar em sua tentativa de aprovar aceleradamente o PL 1904/2024, os dois últimos meses foram marcados pela vitalidade de importantes greves de universidades estaduais, assim como da principal

luta nacional que ocorreu no período, a greve da educação federal.

As greves estaduais e federal revelaram que medidas como o Regime de Recuperação Fiscal e o Arcabouço Fiscal criaram grandes obstáculos no combate ao arrocho salarial que vem sendo aplicado por governos de extrema direita ou de conciliação de classes. Os ataques em curso contra o funcionalismo público, não atingem exclusivamente trabalhadoras e trabalhadores da educação, mas a própria existência de serviços públicos essenciais para a população em geral. O resultado da greve da educação federal mostrou que a alteração da correlação de forças para se obter efetivas vitórias em processos de luta tem como pré-condição decisiva a construção de alianças e a unidade na luta entre diferentes setores da classe trabalhadora.

É neste cenário que esta edição do Informandes oferece um panorama das lutas do movimento docente em todo o país. Em primeiro lugar, destacamos os desafios e os avanços de lutas em Minas Gerais, Ceará, Pará e Paraíba. Também abordamos os duros enfrentamentos que ocorreram durante a greve da educação federal e descrevemos os resultados imedia-

tos do mais importante movimento paredista da educação federal dos últimos anos.

Analisando o cenário de fundo em que as últimas lutas ocorreram, o **Informandes** aborda os avanços das pautas conservadoras encabeçadas pela bancada mais conservadora da história da Nova República (apenas quatro partidos de direita ou extrema direita – PL, União Brasil, PP e Republicanos – conformam quase 50% do congresso nacional). Esta discussão é complementada por uma entrevista com Felipe Demier, professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na qual se discute a estreita correlação entre o fracasso de governos de frente ampla e o crescimento de alternativas políticas de extrema direita em todo o mundo.

Apesar das dificuldades, o ANDES-SN segue em luta e o movimento docente poderá, durante o 67º Conad, que ocorrerá em julho em Belo Horizonte, avaliar as lutas que ocorreram no último período, atualizar o plano de lutas do ANDES-SN e armar o nosso Sindicato Nacional para seguir cada vez mais forte.

**A luta continua!**

**Rumo ao 67º Conad do Andes-SN!**



**FORTALECER O ANDES-SN NAS LUTAS POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO, SALÁRIOS E EM DEFESA DA NATUREZA!**

## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Luciano Beregeno

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli MTb 37322/SP, Letícia Figueiredo DrT 4124

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

# Pautas de destruição avançam no Congresso Nacional

Foto: Agência Brasil



**A** ampliação da bancada conservadora no Congresso Nacional nas eleições de 2022, pode ter impactos devastadores para a garantia de direitos da população e da preservação da vida no Brasil. Somente no primeiro semestre de 2024, avançaram na Câmara e no Senado diversas pautas antiambientais, antidrogas, antiaborto, entre outras que representam graves retrocessos das políticas e regulamentações ambientais e sociais.

A mais recente, que provocou uma grande reação de movimentos feministas em todo o país e levou milhares às ruas, foi o Projeto de Lei (PL) 1904/2024. O texto, que equipara o aborto após 22 semanas ao crime de homicídio, entre outros retrocessos, teve a urgência aprovada na Câmara de Deputados em 23 segundos, em uma manobra do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), no dia 12 de junho.

A proposta foi protocolada na Câmara de Deputados, pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ) e outros 32 parlamentares, no dia 14 de maio. Três dias depois (17), o Supremo Tribunal Federal suspendeu, através de liminar, uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), editada em 21 de março deste ano, que proíbe a utilização de uma técnica clínica (assistolia fetal) para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro. A decisão liminar foi concedida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 1141).

“Após derrotar Bolsonaro nas ruas e com um Governo Lula vacilante, nós mulheres, meninas e pessoas que gestam enfrentamos agora o golpe de Arthur Lira quem, de forma atropelada e desrespeitando os trâmites da casa, aprovou a urgência do PL da Gravidez Infantil: PL 1904. Esse projeto é um ataque à dignidade e à vida de meninas, mulheres

e pessoas que gestam, e representa um retrocesso na defesa e proteção de crianças vítimas de abuso e violência”, afirma Caroline Lima, 1ª Secretária do ANDES-SN.

O autor do projeto que equipara aborto a homicídio afirmou, ao blog da jornalista Andréia Sadi, que a bancada evangélica vê a proposta como um “teste” ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. “O presidente mandou uma carta aos evangélicos na campanha dizendo ser contra o aborto. Queremos ver se ele vai vetar. Vamos testar Lula”, disse o parlamentar Sóstenes Cavalcante.

“O Centrão liderado por Arthur Lira vem pautando PLs que representam ataques aos direitos humanos, em uma ofensiva que, segundo a bancada de extrema direita, seria um teste ao Governo Lula. Mas esse “teste” nada tem a ver com disputas políticas, e sim com uma política de ódio a meninas, mulheres e pessoas que gestam”, repudia a diretora do ANDES-SN.

Para cobrar o arquivamento da proposta, movimentos feministas convocaram grandes atos em todo o país, que pedem também a derrubada de Arthur Lira (PP/AL), presidente da Câmara. O ANDES-SN participou das manifestações.

Caroline Lima lembra que o Sindicato Nacional tem posição sobre a luta pelo aborto legal. “Somos e lutamos pela legalização do aborto, compreendendo que não queremos meninas, mulheres e pessoas que gestam presas ou mortas!”, ressalta. “Essa política misógina nos chamou para a guerra, sim, porque é uma guerra em que o centro é a vida das mulheres, meninas e pessoas que gestam. Em 2015, lutamos contra o PL 5069/13 do ex-deputado federal cassado Eduardo Cunha. Em 2017, fomos às ruas contra a PEC 29/2015 de Magno Malta.

Ambos foram derrotados”, acrescenta.

Além da pauta antiaborto, também tiveram repercussão e repúdio a aprovação da criminalização do porte de drogas - Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2023 – na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e a retomada da discussão da “PEC das Praias”. A PEC 03/2022, em tramitação no Senado, prevê, entre outras mudanças, a autorização para a venda dos terrenos de marinha a empresas e pessoas que já estejam ocupando a área.

Pautas de degradação do meio ambiente também estão tramitando no Congresso, apesar da tragédia no Rio Grande do Sul ter sinalizado a urgência de reverter as políticas de destruição ambiental. A CCJC da Câmara aprovou o PL 10.273/2018, que, na prática, exclui o imposto de atividades poluidoras, como é o caso da mineração. Em abril, avançou no Senado o PL 3087/2022, que reduz o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, uma unidade de conservação localizada nos Estados do Amapá e Pará.

No fim de março, o PL 364/2019, que elimina a proteção dos campos nativos da mata atlântica, foi aprovado na CCJC da Câmara. Caso avance no Congresso, esse texto deixa desprotegida toda vegetação “não florestal”, que poderá ser ocupada por atividades como agricultura, pastagem e mineração. Também aguarda votação na CCJ do Senado o PL 3334/2023, que autoriza que imóveis rurais localizados em áreas de floresta na Amazônia Legal possam reduzir a cobertura mínima de vegetação de 80% para 50%. Esses são apenas alguns dos projetos antiambientais mais polêmicos que tramitam no Congresso Nacional.

Na avaliação da 2ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Renata Gama, os PLs em discussão reforçam o caráter negacionista da maioria do parlamento. “As pautas que estão tramitando hoje, os projetos de lei, na Câmara dos Deputados, contra o meio ambiente, mostram esse caráter negacionista dos deputados e deputadas de extrema direita, que têm muito peso para pautar essas propostas, extremamente regressivas ao ignorar que uma coisa está diretamente relacionada com a outra. O desmatamento avançar em zonas de floresta, de mata, é algo que tem impacto em outras regiões nos regimes de chuvas, na alteração de todo o sistema terrestre, todo o sistema climático”, critica.

# Mobilização das universidades estaduais avança na conquista por direitos

Foto: Sinduece SSind



**A**o mesmo tempo em que a greve das universidades federais conquistou avanços sobre pontos cruciais na pauta de reivindicações, a mobilização das universidades estaduais também teve ganhos importantes.

## Ceará

Professoras e professores das universidades Estadual do Ceará (Uece), da Regional do Cariri (Urca) e da Estadual do Vale do Acaraú (UVA), após mais de 70 dias de greve, conquistaram avanços significativos para a carreira. A greve nas três universidades estaduais iniciou em 4 de abril. A Urca suspendeu a paralisação em maio, mas permaneceu no processo de mobilização. Em suas respectivas assembleias, a Uece decidiu encerrar a greve em 18 de junho, enquanto a UVA encerrou no dia 20.

O Fórum das Três, que reúne as seções sindicais do ANDES-SN no Ceará (Sinduece, Sindurca e Sindiuva), apresentou uma contraproposta unificada durante a reabertura da mesa de negociações em 18 de junho, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), com integrantes do governo estadual e parlamentares. Um dos avanços dessa reunião foi a criação de uma mesa específica para discutir a recomposição salarial a partir de janeiro de 2025, com data do primeiro encontro agendada para 17 de julho.

O encontro também tratou do envio do Projeto de Lei (PL) das ascensões funcionais – alterando a Lei Estadual nº 14.116/2008. Na mesa, foi estabelecido um prazo de até 45 dias para aumentar em 25% a quantidade de cargos existentes no grupo ocupacional do Magistério Superior. Ainda foi acordada a realização imediata de concursos para preencher as vagas remanescentes dos

concursos anteriores das três universidades e a convocação de 35 pessoas do cadastro de reserva do último concurso da Uece para 2024. Será realizado um estudo sobre a convocação de novas e novos docentes do cadastro de reserva para os anos de 2025 e 2026.

O abono único, relativo ao retroativo de janeiro a junho, que seria pago em dezembro, será adiantado e pago em parcela única em outubro para docentes efetivos, substitutos temporários e aposentados.

Outra grande conquista do movimento foi a incorporação da classe de professor Titular na carreira, sem a necessidade de realização de concurso específico e prova de títulos. De acordo com a alteração prevista na lei 14.116/2008, que terá validade a partir de 2026, para ascender à classe de Titular será preciso apenas portar o título de doutor e ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmica, conforme critérios estabelecidos nas resoluções específicas dos colegiados superiores.

## Minas Gerais

Após dois meses em greve, professoras e

professores da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) decidiram, em assembleia geral realizada no dia 26 de junho, no auditório da Faculdade de Educação e da Faculdade de Políticas Públicas em Belo Horizonte, pela suspensão da greve partir do dia 1º de julho e pela manutenção do estado de greve. Também foi definido retorno às aulas a partir do dia 2 de julho.

O movimento grevista alcançou importantes avanços, entre eles, a garantia de suplementação orçamentária para a retomada das bolsas de docentes, a aprovação do artigo 8º na lei do reajuste estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), que assegura a manutenção da ajuda de custo para servidores estaduais e aguarda sanção do governador, além da garantia do pagamento por titulação aos docentes contratados e o estabelecimento de um cronograma de novos editais de concursos públicos.

Além disso, foram constituídos dois grupos de trabalho: um dedicado à alteração do regime de trabalho de 20 para 40 horas e outro focado em Dedicção Exclusiva (DE) e gratificações por função.

A decisão de manter o estado de greve foi aprovada para pressionar o governador Romeu Zema (Novo) a sancionar o projeto de lei de reajuste estadual sem vetos. Em outra assembleia foi aprovada uma moção exigindo da reitoria da Uemg a reversão do corte na ajuda de custo dos docentes em greve. Um novo ato foi realizado em 26 de junho na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte (MG).

## Pará

A greve das e dos docentes da Universidade do Estado do Pará (Uepa)



Foto: Aduemg SSind

Foto: Sinduepa S.Sind



continua, após mais de 40 dias, na luta pela retomada das negociações por mais investimentos, recomposição salarial, valorização da carreira e uma política de DE, entre outras demandas.

O Sindicato dos Docentes da Uepa (Sinduepa - Seção Sindical do ANDES-SN) e o Comando Local de Greve (CLG) realizaram, nos dias 25 e 26 de junho, atos na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) e conquistaram a reabertura da mesa de negociação com o governo, com intermediação do líder do governo, deputado Iran Lima. Entre as conquistas estão: criação de um grupo de estudo que estará, às terças-feiras do mês de julho, analisando o orçamento da Uepa e do governo, para estudar formas de suplementação orçamentária; liberação de recursos para a realização do Forma Pará no mês de julho; viabilizar readequação orçamentária da

Uepa na próxima LDO.

### Estado de greve na UEPB

As e os docentes da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) aprovaram o estado de greve, em assembleia geral realizada no dia 19 de junho. A decisão visa intensificar a luta pela retomada das negociações para um acordo sobre o pagamento retroativo das progressões de carreira.

As negociações estão suspensas desde novembro de 2023, quando a Associação dos Docentes da UEPB (Adupeb S.Sind) apresentou uma contraproposta à Procuradoria Geral do Estado (PGE). Desde então, o governo de João Azevedo (PSB) não chamou as categorias da educação estadual para nova reunião. Uma nova assembleia da categoria ocorrerá no dia 1º de agosto.

### Militarização das escolas estaduais e municipais de SP é retrocesso

Em um retrocesso significativo, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, em maio, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 9/2024, proposto pelo governador Tarcísio Freitas (Republicanos), que cria escolas "cívico-militares" na rede estadual e municipal. Durante a votação, estudantes secundaristas que protestavam contra o PL foram violentamente agredidos por pelotão de choque da Polícia Militar. Mesmo com os protestos, o projeto foi votado e aprovado por 54 votos favoráveis e 21 contrários.

Segundo o texto aprovado, as escolas cívico-militares manterão um núcleo civil responsável pela gestão pedagógica e administrativa, além de um núcleo militar dedicado ao desenvolvimento de atividades extracurriculares de natureza cívico-militar, a segurança e a disciplina dentro das unidades. Resolução conjunta da Secretaria de Educação e da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo (SEDUC/SSP), publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), no dia 21 de junho, aprofunda os efeitos negativos do projeto de lei (PL). A medida permite a inclusão de policiais militares como "instrutores", sem necessidade de formação, a partir de 2025, em explícito ataque à docência.

O ANDES-SN é contrário à militarização das escolas no país. A medida, conforme a entidade, promove a privatização da educação e reforça concepções opressivas, empreendedoras e domesticadoras dentro das instituições escolares. A luta contra as escolas cívico-militares integra, inclusive, a pauta de reivindicações dos e das docentes entregue ao governo federal.

### Paraná aprova privatização de 204 escolas da rede estadual de ensino

No Paraná, a luta da educação superior se juntou à da educação básica contra a votação do Projeto de Lei (PL) 345/2024, Programa Parceiro da Escola, do governador Ratinho Junior (PSD), que prevê a privatização de 204 escolas da rede estadual de ensino.

O PL foi votado e aprovado no início de junho sob protesto massivo de professoras, professores, trabalhadoras, trabalhadores em educação e estudantes, que ocuparam as galerias da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), mesmo com forte repressão policial. Mais de 20 mil pessoas estiveram nas ruas em uma grande marcha em Curitiba (PR).

Gilberto Calil, 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN, conta que o primeiro dia da greve da educação básica no Paraná, foi tomado como atividade central do "Dia Nacional de Luta da Educação Federal" no estado pelos comandos de greve das e dos docentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e do Instituto Federal do Paraná (IFPR), que compuseram um bloco expressivo na marcha. Também participaram representantes das seções sindicais das universidades estaduais do Paraná.

Calil explica que o projeto é uma forma de privatização das escolas, por meio da transferência de fundos públicos para empresas privadas administrarem as escolas públicas. "As empresas concessionárias terão ampla intervenção na administração escolar, com evidentes prejuízos pedagógicos, passando inclusive a contratar docentes temporários. O projeto constitui uma forma clara de transferência de recursos públicos a empresas privadas, que de partida ficarão com 12% do total dos recursos como margem de lucro, estabelecida na lei", critica.

# ANDES-SN assina acordo com governo após determinação da maioria das assembleias de base



No início da noite da quinta-feira (27/06), no Bloco C da Esplanada dos Ministérios em Brasília, aconteceu o ato de assinatura do Termo de Acordo entre as legítimas entidades representantes da Educação Federal – ANDES-SN e Sinasefe, com presença da Fasubra - e o governo federal, resultado do processo de negociação da campanha salarial 2024 que construiu a Greve da Educação Federal. O 27 de junho marcou também os 74 dias da Greve Docente Federal.

Na avaliação do Sindicato Nacional, apesar de insuficientes, os avanços negociados a partir da retomada das negociações em 14 de junho devem ser considerados uma vitória do movimento contra a farsa de

acordo celebrada entre o governo e seu braço no movimento sindical, a entidade cartorial Proifes.

A decisão pela assinatura do acordo, tomada a partir da decisão de significativa maioria das assembleias de base do Andes-SN, não significa, em hipótese alguma, o fim da mobilização e da luta pela retomada de direitos que nos foram retirados e pelo atendimento de diversas pautas de reivindicações.

“Os acordos hoje assinados cristalizam conquistas das greves na educação federal. É certo que essas vitórias são insuficientes, perto das pautas reivindicativas e das necessidades dos servidores e servidoras da educação. Mas também sinalizam conquistas

materiais e políticas daqueles e daquelas que lutam. Hoje, tivemos um acordo que não foi feito no subterrâneo, em uma reunião secreta, com as ratazanas, mas sim, junto a ministros de Estado, com o reconhecimento da legitimidade dessas entidades enquanto representantes da mobilização que nesses últimos meses tomou o país e apontou a necessidade de reconhecermos a continuidade desses nossos bons embates”, asseverou o presidente do ANDES-SN, Gustavo Seferian. E enfatizou: “O acordo não finda nenhuma luta. Seguimos na construção de bons enfrentamentos e implementação das nossas agendas reivindicativas”.

Dentre as pautas que avançaram na negociação - após o fracasso da tentativa de

acabar com o movimento de greve organizando uma farsa na assinatura de acordo em 27 de maio entre a entidade cartorial burocrática Proifes e o governo – destaca-se o adiantamento para o mês de abril, da parcela do reajuste em 2026 e avanços na pauta do “revogaço”.

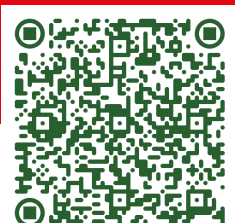
Quanto à carreira, a revogação da Portaria 983/20 é avanço rumo à carreira única, pois proporciona maior igualdade entre as condições de trabalho de docentes do Magistério Superior e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT). Vale lembrar que a citada portaria significou um aumento da carga horária de ensino de docentes EBTT para, no mínimo, 16 horas por semana.

Também a instituição de Grupo de Trabalho retomando a discussão sobre reenquadramento de aposentados(as) prejudicados pela criação da classe de “Associado” (algo que o governo se recusava a fazer desde 2012), para estudar a revogação da IN 15/2022 (que cria obstáculos para a concessão do adicional de insalubridade) e a possibilidade de docentes trocarem de instituições via concurso e não perderem suas posições também foram conquistas importantes.

“A continuidade da luta também se dá pela criação dos grupos de trabalho a partir deste acordo firmado com as entidades representantes das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação federal. Essa greve demonstrou a força das trabalhadoras e dos trabalhadores e segue firme nas bases do ANDES-SN por todo o país. Continuamos unidos na defesa da educação pública federal”, avalia Rubasmate dos Santos, tesoureira da Adufcg S.Sind e integrante do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN.

Em comunicado, o Sindicato Nacional criticou a postura do governo que priorizou os interesses do “Centrão” no Parlamento e ainda, para fazer valer suas escolhas políticas, realizou troca de favores com uma entidade cartorial e autoritária que não respeita nem mesmo as bases que ela representa. “Trata-se de uma escolha realizada pelo governo que desgastou sua relação com uma categoria que foi decisiva em sua eleição”, diz a nota.

Accesse o texto final do acordo assinado pelo ANDES-SN



## Evolução da Proposta

### PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO EM DEZEMBRO DE 2023

#### Reajuste nos benefícios para 2024:

- auxílio-alimentação de R\$ 1.000
- auxílio-saúde de até R\$ 215 por beneficiário
- auxílio-creche de R\$ 484,90.

Promessa de reajuste de 9% parcelado: 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026.

### ASSINADA PELA PROIFES EM 27 DE MAIO

- Sinalização de “liberação do ponto” para a carreira EBTT, sem revogação da Portaria 983/2020.

- Reajuste salarial de 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026;

#### Alteração gradual dos steps:

- 2025 – C2 a C4 e D2 a D4 de 4% para 4,5%; D1 e DIV 1 de 25% para 23,5%;
- 2026 – C2 a C4 e D2 a D4 de 4,5% para 5,0%; C1 de 5,5% para 6%; D1 e DIV 1 para 22,5%.

## GANHOS APÓS 27 DE MAIO

### E TENTATIVA DE ENCERRAR UNILATERALMENTE A NEGOCIAÇÃO

- Antecipação para abril do pagamento do reajuste salarial de 2026;

- Articulação para previsão de regras padronizadas nacionais para a progressão docente; (Alteração/revogação da IN 66/2022)

- Dispensa do controle de ponto para carreira EBTT (Alteração do Decreto 1590/95)

- Revogação da Portaria 983/20 e GT sobre o tema; Eliminando a elevação do mínimo de horas de ensino exigido para docentes EBTT (parâmetros iguais para a carga horária de docentes EBTT e MS cria isonomia e, por isso, é um passo adiante na luta pela carreira única)

- Suspensão de recursos judiciais pelo MEC frente às decisões que conferiram o RSC para aposentados/as;

- Retomada da participação de entidades sindicais no Conselho Permanente de RSC (prazo de 30 dias).

- Recomposição de R\$ 400 milhões para o orçamento das IFEs em 2024;

#### Criação de grupos de trabalho sobre:

- Reenquadramento de aposentados/as prejudicados pela criação da classe de Associado (algo que o governo se recusava a discutir desde 2012)
- Possibilidade de docentes que trocaram de instituição via concurso não perderem a classe e o nível que ocupavam anteriormente (“entrada lateral”)
- Revogação da IN15/2022, que cria obstáculos para a concessão do adicional de insalubridade

- 5.600 bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas;

- Anúncio de R\$ 5,5 bilhões para as universidades federais e R\$ 3,9 bilhões para IFs e cefets até 2026;

A greve possibilitou a **ampliação** da **mobilização** docente e da **sindicalização** ao ANDES-SN. Propiciou o **debate** sobre as questões centrais da categoria, como salários e carreira, o desrespeito às pessoas aposentadas, a importância do **revogaço** e a diminuição significativa do **orçamento** das IFEs.

Ampliou ainda a compreensão da categoria sobre a **disputa de projeto de sociedade** e **fundos públicos** e a luta contra o **Novo Arcabouço Fiscal**, como elementos estruturais da defesa da educação pública.

# ANDES-SN, Sinasefe e Fasubra pressionam e negociação chega a acordo que põe fim à greve

Negociação é avanço em relação à proposta de 27 de maio com tentativa frustrada de ultimato do governo sobre o movimento paredista.

O acordo alcançado em 14 de junho só foi possível pela pressão que o ANDES-SN, em conjunto com Sinasefe e Fasubra, exerceram na ocupação do MGI em 3 de junho. Naquela data, depois de ocuparem por duas horas uma sala do prédio do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), no bloco C da Esplanada dos Ministérios, representantes dos Comandos Nacionais de Greve (CNGs) e das diretorias do ANDES-SN e do Sinasefe garantiram a agenda de negociações para 14 de junho, quando os termos finais do acordo foram ajustados.

Com os termos do acordo estabelecidos, o Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES Sindicato Nacional indicou às bases a saída coletiva da greve até o 3 de julho. A orientação atendeu à deliberação da maioria das assembleias gerais realizadas nas bases, entre os dias 17 e 21 de junho: 35 assembleias deliberaram pela construção coletiva da saída da greve, enquanto outras 20 indicaram a continuidade da greve.

As assembleias também deliberaram pelo aceite da proposta apresentada pelo governo após ANDES-SN e Sinasefe forcem a retomada das negociações e desmascararem a farsa do acordo assinado em 27 de maio entre o governo e a entidade fantoche Proifes – suspenso dois dias depois pela Justiça Federal.

Com a pressão da greve, foi garantido o avanço sobre pontos cruciais como a revogação da Portaria n.º 983/2020 para garantir isonomia entre docentes da carreira EBTT e do Magistério Superior em relação ao controle de frequência por ponto eletrônico e a carga horária de ensino.

Além disso, o governo prometeu suspender recursos judiciais, pelo governo federal, frente às decisões que conferiram o RSC para aposentadas e aposentados que não recebiam o benefício, incluir entidades no Conselho que trata do RSC; e estabelecer regras padronizadas para progressão e promoção (o que pode significar a revogação da IN 66).

Quanto à pauta salarial, a reivindicação de reajuste em 2024 não foi atendida, assim como a defesa do reajuste linear conforme os índices da contraproposta protocolada em 27 de maio, ficando mantida a proposta do governo e sua entidade fantoche que aprofunda a desestruturação da carreira.



Foto: Scarlett Rocha/SINASEFE

Mesmo assim, apesar de todas as contradições, se coloca como um avanço resultante da luta grevista a elevação dos valores de reajuste incorporados pelo governo: o reajuste linear oferecido até 2026 passou de 9,2% para 12,8%; o reajuste dos steps passou de 4% para 5% até 2026; o valor salarial para ingressantes na carreira docente (MS e EBTT) também foi elevado.

## Organização do movimento docente

Na avaliação do CNG do ANDES-SN, um dos maiores avanços produzidos pela greve em 2024 foi a escalada da mobilização docente, registrando considerável aumento da participação da categoria nas assembleias e atividades de luta, inclusive com a ampliação da sindicalização no ANDES-SN.

A greve possibilitou o debate sobre as questões centrais da categoria, como salários e carreira; a isonomia entre ativo(a)s e aposentado(a)s; pautas centrais do revogação; a diminuição significativa dos orçamentos das universidades, institutos federais e Cefets, impactando as condições de trabalho, fragilizando e comprometendo a permanência estudantil e o funcionamento das instituições.

A greve também ampliou o entendimento da categoria sobre a disputa do projeto de sociedade e por fundos públicos, bem como a luta contra o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), como elementos estruturais da defesa de instituições de ensino superior públicas, laicas, gratuitas, de qualidade, democráticas e socialmente referenciada. De fato, o principal obstáculo enfrentado pelo movimento grevista, foi o NAF, cuja derrota exige um grau de organização e mobilização da classe trabalhadora muito maior.

## Governo: da intransigência ao recuo

Em todo o processo de construção da greve e condução do processo negocial, a intransigência do governo foi o que mais causou indignação ao movimento grevista não só pela truculência, mas também pelo uso da entidade fantoche Proifes como braço sindical para desarticular a greve da educação federal, escancarando suas práticas antissindicalistas.

Em 15 de maio, na 5ª rodada da Mesa Específica Temporária, o governo sustentou que a proposta apresentada seria a última e que não haveria mais espaço para negociações. Foi informado pelo secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopes Feijóo, que a data limite para assinatura do acordo, pelas entidades da Educação seria o dia 27 de maio e seria assinado “com qualquer um”, sinalizando a possibilidade de repetir a mesma postura adotada em 2012 e o prazo estabelecido, entendido como término de diálogo com a categoria.

A postura foi reafirmada em mensagens de e-mail enviadas ao ANDES-SN e Sinasefe em tom ultimata no dia 21 de maio, alertando para o fim do prazo de assinatura em 27 de maio.

Na data referida, em local não divulgado para a bancada sindical, o governo assina acordo com a entidade cartorial, em uma tentativa de dar fim a uma greve legítima. O acordo foi suspenso pela Justiça Federal dois dias após assinatura e uma semana depois, a entidade fantoche conseguiu, de presente do governo, o registro sindical que tentava há mais de 10 anos para, assim, tentar, junto à Justiça Federal, suscitar a perda de objeto da suspensão do acordo.

Acuado pela pressão da greve, o governo volta à mesa de negociação em 3 de junho e sustenta posição pelo fim do diálogo. ANDES-SN e Sinasefe ocupam o MGI e afirmam: só sairiam quando nova reunião fosse agendada oficialmente. O governo recua novamente e agenda o encontro para 14 de junho.

Em 14 de junho, pressionado e sob críticas pelos ataques às entidades e dirigentes grevistas proferidos por Lula dias antes (10/6) no anúncio de liberação de R\$ 5,5 bilhões para o orçamento da Educação, o governo mais uma vez cede e o movimento conquista avanços importantes em pontos não salariais da pauta da greve junto ao MGI e ao MEC.



No curso da greve outro destaque que merece reconhecimento é a organização da resistência de professoras e professores nas universidades cujas associações docentes são vinculadas à entidade fantoche Proifes. E esse reconhecimento foi tornado público pelo Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, na carta aos e às docentes que lutam na UFBA, UFG, UFOB, UFRN, UFSC E UNILAB

## SAUDAÇÃO À(AO)S QUE LUTAM!

O Comando Nacional de Greve do ANDES-Sindicato Nacional vem a público saudar a(o)s companheira(o)s grevistas que tiveram a bravura de construir a greve nacional da educação nas bases do braço sindical do governo – a Proifes, cuja proposta de criação se origina do Ministério da Educação em 2003. Sabemos o quanto os movimentos de greve são historicamente estigmatizados em um país com uma cultura política tão conservadora como o Brasil. Essa situação piora drasticamente quando os patrões/governos forjam pseudo-sindicatos que, ao invés de organizar as bases e encaminhar as lutas da categoria, trabalham para cumprir as determinações patronais.

Reagindo a tal posicionamento político, a ADUFSCar, ADUFC, ADUFMS e APUBH se desfiliam e as três primeiras já retornaram ao ANDES-SN. Na greve federal docente deste ano, essas práticas foram bravamente derrotadas na UFBA, UFG, UFOB, UFRN, UFSC e UNILAB - campus Malês, que deflagraram greves massivas e enérgicas, mesmo em difíceis condições.

A atuação da federação cartorial não impediu que as professoras e os professores de sua base, descontentes com a constante desvalorização salarial e precárias condições de trabalho, organizassem-se para lutar. De maneira corajosa, apesar dos métodos manipulatórios e autoritários na condução de assembleias, perseguições políticas e judiciais, a(o)s docentes se insurgiram, assumindo o protagonismo não somente deliberando sobre a adesão à greve, mas, inclusive, em algumas AGs, enfrentando as tentativas da direção de impedir a discussão sobre ela.

As bravas atitudes da(o)s docentes da UFBA, UFG, UFOB, UFRN, UFSC e UNILAB – campus Malês em deflagrar e manter as greves, apesar das burocracias sindicais, têm despertado, nessas Universidades, o legítimo desejo de desfiliação das ADs desse apêndice sindical do governo Lula/Alckmin. Essas deflagrações se deram em diferentes circunstâncias em cada universidade, seja por meio de assembleias lotadas ou por meio de plebiscito on-line – desmobilizante e individualista (método que o ANDES- SN rejeita) -, imposto pelo braço sindical do governo em algumas unidades. Estamos convicta(o)s de que as greves acumularam um saldo político e organizativo entre a(o)s docentes que se rebelaram contra os desmandos das diretorias desses sindicatos proifistas e elevaram a compreensão coletiva quanto à verdadeira natureza dessa entidade. As lutas de hoje são o fundamento das conquistas futuras!

O ANDES-SN, no marco de seus 43 anos, é constituído pela força das mais de 120 seções sindicais, que estão nas universidades federais, estaduais, municipais e distrital, em institutos federais e CEFETs. Nossa fortaleza se expressa na diversidade da nossa base e em uma construção democrática, a partir da valorização das nossas assembleias, espaços por excelência da construção coletiva da nossa luta.

Sempre comprometido com a democracia sindical e o método de construção a partir dessa base, o ANDES-SN segue sendo a casa daquela(e)s que defendem a educação pública, gratuita, laica, de qualidade, democrática, inclusiva e socialmente referenciada; a valorização salarial e uma carreira digna; que apostam em um sindicato plural, democrático e independente como ferramenta de defesa dos nossos direitos.

Cumprimentamos e parabenizamos a(o)s companheira(o)s das bases rebeldes da UFBA, UFG, UFOB, UFRN, UFSC e UNILAB – campus Malês por suas exitosas greves e aguardamos, esperançosamente, seu retorno às bases do ANDES-SN, se assim julgarem correto e benéfico para a categoria docente de suas universidades.

Saudações sindicais!

Brasília (DF), 26 de junho de 2024.

Comando Nacional de Greve do ANDES-SN

# Crescimento da extrema direita na Europa é resultado de políticas de austeridade, afirma historiador



Parlamento Europeu / Foto: Fotos Públicas

**O**s resultados das eleições para as 720 cadeiras do Parlamento Europeu, finalizadas em 9 de junho, destacaram a vitória da direita como o principal resultado do processo eleitoral. O Parlamento é o principal órgão legislativo da União Europeia e tem seus parlamentares renovados a cada cinco anos.

O avanço da extrema direita, que elegeu um quarto das deputadas e dos deputados, tem despertado preocupações sobre sua possível influência nas políticas da União Europeia relacionadas à imigração, segurança e políticas contra as mudanças climáticas. Em entrevista ao *Informandes*, Felipe Demier, doutor em História e docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), analisou a ascensão da extrema direita na Europa.

**A extrema direita teve um desempenho extremamente significativo nas eleições ao Parlamento Europeu. Como explicar o resultado dessa eleição, especialmente em países que viveram, num passado recente, sob regimes fascistas e nazistas?**

Felipe Demier: O crescimento da extrema direita na Europa, que se manifestou na nova composição do Parlamento Europeu, é resultado de

décadas de política de austeridade e do aprofundamento da blindagem da democracia liberal. Uma democracia cada vez mais bloqueada às pressões populares e incapaz de atender às propostas baseadas na preservação e na ampliação de direitos sociais. Isso transforma o regime democrático-liberal europeu em um arranjo político-institucional percebido pelas massas populares, pela juventude e pela classe trabalhadora mais veterana como responsável pela degradação de suas condições de vida.

Desde a crise de 2008, o neoliberalismo se converteu em um ultra-neoliberalismo, com uma política de austeridade intensificada. Isso resultou na deterioração das condições de vida da classe trabalhadora europeia, composta por setores racializados, imigrantes e mulheres. Esses grupos são os mais afetados pelas políticas de austeridade, pela redução dos gastos sociais e pelo avanço do capital em áreas dos serviços sociais que antes não eram mercantilizadas.

Essa política econômica quase inquestionável, intensifica a crise socio-reprodutiva dos setores mais precarizados da força de trabalho, ao mesmo tempo em que prejudica uma juventude emergente no mercado de trabalho e os setores veteranos da

classe trabalhadora que sofrem com o desmonte do chamado Welfare State, Estado de bem-estar social. Essa forma de democracia é vista por essas massas como responsável pelo seu declínio social e pela falta de perspectiva de futuro.

A autodestruição da democracia fortalece tendências bonapartistas e fascizantes no estado capitalista, enquanto as políticas de austeridade da democracia liberal tornam as massas mais suscetíveis à ideologia neofascista, que se apresenta como antissistema ao criticar as forças políticas no poder que deterioraram as condições de vida do povo. Na prática, o neofascismo intensifica a austeridade, a repressão e se posiciona como uma alternativa para implementar o programa do grande capital monopolista, prometendo fazê-lo sem as restrições das liberdades democráticas ainda existentes na democracia convencional.

**Como esse resultado pode afetar as políticas da União Europeia, inclusive em áreas mais sensíveis, como imigração, segurança e mudanças climáticas?**

FD: A vitória das forças mais identificadas com o neofascismo e a extrema direita tende a produzir uma

correlação de forças ainda mais desfavorável para um campo popular. Isso dificultará a implementação de propostas significativas de combate ao aquecimento global e de enfrentamento às mudanças climáticas tanto no Parlamento Europeu quanto nos regimes políticos nacionais da União Europeia. Paralelamente, é esperado um aumento das políticas de combate à imigração, ataques às minorias e o fortalecimento das tendências mais opressivas do estado capitalista em relação aos imigrantes e grupos racializados, frequentemente responsabilizados pelo declínio das condições de vida na retórica neofascista europeia.

### O que o resultado da eleição do Parlamento Europeu pode sinalizar sobre as eleições individuais dos países no continente?

FD: As eleições na Europa certamente serão influenciadas pelo resultado do Parlamento Europeu, ao mesmo tempo em que essas eleições já indicam uma certa tendência nas eleições nacionais europeias. Agora, isso dependerá da correlação de forças interna em cada um desses países. O caso da França está mais em evidência, onde o presidente Emmanuel Macron se vale de uma prerrogativa presidencial, dissolve o Parlamento e convoca novas eleições.

Algumas análises indicam que Macron busca transferir a responsabilidade da crise do Estado para forças políticas não alinhadas ao seu grupo. Macron representa uma ala tecnocrática neoliberal da direita tradicional, com uma abordagem mais ilustrada,

racional e cosmopolita. Ao fazer isso, ele poderia deixar a gestão da crise nas mãos de forças como a extrema direita, para eventualmente retornar com força, evidenciando o fracasso daquelas opções políticas.

Outras interpretações sugerem que Macron se equivocou ao esperar uma convergência favorável ao seu agrupamento político. Na verdade, há uma polarização entre a extrema direita e um campo de esquerda que inclui desde partidos neoliberais como o Partido Socialista, responsável pelo ajuste fiscal na França, até forças mais radicais como o grupo de Jean-Luc Mélenchon (França Insubmissa) e pequenas organizações trotskistas com programas mais radicais. Essa Frente Popular conta com chances reais de êxito contra a extrema direita.

### Como o Brasil e o restante da América Latina podem ser afetados diante dessa configuração?

FD: As relações do Brasil e da América Latina com a Europa, incluindo integração de mercados, relações comerciais e alinhamentos políticos internacionais, sofrem influência, embora não diretamente nem imediatamente, devido às particularidades e temporalidades dos processos políticos nacionais. A vitória da extrema direita tende a dificultar as ações de forças populares globalmente, enquanto uma possível reeleição de Donald Trump nos EUA também cria um cenário desfavorável.

Esse cenário também destaca a necessidade do campo popular, da esquerda, e da classe trabalhadora ob-

servarem o exemplo europeu e perceberem uma redução dos horizontes da esquerda, uma adequação aos limites crescentemente exíguos da democracia liberal blindada, onde a participação da esquerda na implementação de medidas contrarreformistas e neoliberais acaba fortalecendo a extrema direita.

Esta é a lição que a esquerda deve aprender, especialmente evidente no Brasil, onde enfrentamos novamente um governo de conciliação social que busca combater o extremismo de direita, no caso o bolsonarismo, a partir da construção de uma frente ampla, cada vez mais de centro-direita, aliando-se a forças abertamente conservadoras e religiosamente neoliberais. A experiência europeia demonstra que essa estratégia não é eficaz para conter a ascensão da extrema direita.

### Qual a saída para barrar o avanço da extrema direita não apenas na Europa como no restante do mundo?

FD: Devido à força da extrema direita, a esquerda socialista vinculada aos movimentos da classe trabalhadora deve radicalizar tanto teoricamente quanto na prática, criticando as raízes do problema, que incluem a aplicação dogmática da austeridade, do ajuste fiscal, do arcabouço fiscal, a defesa do latifúndio, do agronegócio e da política rentista.

A esquerda precisa buscar a unidade de seus partidos e organizações, se apresentando como uma opção capaz de implementar medidas transformadoras para a classe trabalhadora, especialmente os setores mais precarizados e desprovidos de direitos e que enfrentam uma crise socio-reprodutiva em suas comunidades, em especial no Brasil, a classe trabalhadora negra.

Infelizmente, tanto no governo quanto nos setores supostamente à esquerda do governo, há uma crescente falta de independência em relação ao governo. Esses setores têm se transformado em porta-vozes de um programa conciliador com o governo, buscando preservar seus mandatos e apelando às classes dominantes nas eleições. Essa estratégia só serve para engajar toda a esquerda socialista em uma grande conciliação social e perpetuar condições de vida cada vez mais precárias para a classe trabalhadora e a torna mais vulnerável à demagogia da extrema direita neofascista.



Foto: Pascal Guyot/AFP via Getty Images